







DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

- PROGRAMA ESTADUAL DE APOIO ÀS RESERVAS PARTICULARES
- Requerimento solicitando reconhecimento, na totalidade ou em parte do imóvel,
- 2. Cópia de identidade do proprietário e do cônjuge (pessoa física), ou procurador (pessoa jurídica);
- Certidão negativa de ônus ambiental, fundiária e tributária ou prova de quitação do Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural – ITR, correspondente aos cinco últimos exercícios;
- 4. Cópia do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) da propriedade;
- Certidão de matrícula e registro do imóvel no qual se constituirá a Reserva, indicando a cadeia dominial válida e ininterrupta, vintenária, ou desde a sua origem;
- 6. Planta da área total do imóvel e da área proposta como Reserva Privada, quando parcial, georreferenciada, indicando a base cartográfica utilizada e as coordenadas dos vértices definidores dos limites, assinada por profissional habilitado, com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica - ART;
- Memorial descritivo dos limites do imóvel e da área proposta como Reserva, quando parcial, georreferenciado;
- Termo de Compromisso entre a população diretamente afetada pela criação da reserva, e o proprietário (para RPDS).

O Programa é coordenado pelo CEUC/SDS e tem por finalidades ampliar e fortalecer a rede de áreas privadas protegidas, em complemento ao sistema público de unidades de conservação; potencializar e fortalecer a conservação dos recursos naturais em terras particulares e, conectar áreas naturais protegidas, em especial nas áreas de interstícios dos corredores ecológicos e na composição de mosaicos de áreas protegidas.

Deverá ser detalhado em conjunto com os interessados e caracteriza o apoio do governo às iniciativas particulares de conservação do meio ambiente.



O QUE SÃO RESERVAS PRIVADAS?

São unidades de conservação particulares, criadas por iniciativa do proprietário e oficialmente reconhecida pelo poder público (federal, estadual e municipal). No Sistema Estadual de Unidades de Conservação do Amazonas, existem duas categorias: a RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural e a RPDS – Reserva Particular de Desenvolvimento Sustentável reconhecidas pela Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, através do Centro Estadual de Unidades de Conservação (SDS/CEUC). Também o ICMBio (federal) e SEMMAS (municipal) reconhecem RPPN no Amazonas.

Não existe tamanho mínimo ou máximo para o estabelecimento de uma reserva particular, que pode ser em parte ou na totalidade do imóvel particular.





